

Senado sabia que aposentado era traficante

Jorge Vasconcellos

Em 1984, uma falha do então primeiro-secretário do Senado e atual ministro da Saúde, Henrique Santillo, teria contribuído para que o ex-funcionário e traficante de drogas Ormindio Peregrino Leite conseguisse aposentadoria por invalidez.

Aposentado em dezembro de 91, Ormindio recebe hoje R\$ 2 mil por mês, conforme revelou reportagem publicada pelo **Correio Braziliense** no último dia 17.

A diretora da Secretaria Administrativa do Senado, Paula Cunha de Miranda,

admitiu ontem que “o Senado começou a comer mosca” no dia 18 de setembro de 1984, quando Santillo teria recebido a informação de que o funcionário fora preso com um carregamento de cocaína.

“Ele (Santillo) não encaminhou o assunto à Secretaria Administrativa, como manda o Regimento Interno. Apenas o primeiro-secretário tinha conhecimento da prisão”, disse a diretora.

Ofício - Deusdedit Miranda, diretor da Representação do Senado no Rio, onde o traficante era lotado como analista legislativo, comunicou a prisão do funcionário a Santillo em ofício de nº 170/84.

O silêncio do primeiro-secretário possibilitou que, da prisão, Ormindio enviasse a Brasília várias licenças médicas falsas, que foram aceitas pela Subsecretaria de Administração de Pessoal.

A descoberta de que os documentos eram falsos só viria a acontecer um ano depois, em 1985, quando Ormindio já estava

Carlos Eduardo 29.8.94



Santillo nega ter recebido ofício que advertia que Ormindio Leite era traficante e estava preso no Rio quando solicitou a aposentadoria

condenado a 10 anos por tráfico de drogas e formação de quadrilha.

Extravio- Ao comentar ontem as declarações da diretora da Secretaria Administrativa, o ministro Henrique Santillo negou ter recebido o comunicado da Representação do Senado no Rio.

“Este documento pode ter extravariado no meu gabinete. Eu não tomei conhecimento desse assunto. E eu estava praticamente no final de meu mandato como pri-

meiro-secretário”, disse, após ler cópia do ofício, entregue pela reportagem do **Correio Braziliense**.

“Se o ofício tivesse chegado às minhas mãos, certamente eu o teria encaminhado, como sempre fiz”.

Segundo Paula Cunha, se Santillo tivesse encaminhado o ofício, o Senado não teria aceito as licenças médicas frias que Ormindio enviou para continuar recebendo o salário integral.

A diretora informa ainda que

Ormindio escapou da demissão porque o Senado deixou prescrever o crime de falsidade ideológica cometido por ele após a prisão, ocorrida em setembro de 1984.

Inquérito - Apesar da descoberta, o inquérito administrativo para apurar a falsidade, segundo Paula Cunha, só foi instaurado em novembro de 1990, sendo que o caso prescrevera em setembro daquele ano.

Mesmo com a prescrição, o inquérito desapareceu três vezes,

uma delas do gabinete do então presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PP-RJ).

Em 17 de abril de 1990, a Subsecretaria Médica do Senado sugeriu a aposentadoria por invalidez de Ormindio Leite, que teria sido vítima de um acidente vascular cerebral.

Finalmente, em 9 de dezembro de 1991, o então presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), autorizou a aposentadoria.